



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	11634.000068/2006-52
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>192-00144 – 2ª Turma Especial</b>
<b>Sessão de</b>	19 de dezembro de 2008
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	CALISTO FRANCISQUINI
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2001

**IRPF - DECADÊNCIA - MULTA QUALIFICADA**

Caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário deve ser computado nos termos do art. 173, I do CTN, mesmo nos casos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação.

**DESPESAS MÉDICAS - FALTA DE COMPROVAÇÃO.**

Nos casos em que há elementos concretos e suficientes para afastar a presunção de veracidade dos recibos, sem que o contribuinte prove a realização das despesas deduzidas a título de tratamento médico, mantém-se a exigência do crédito tributário.

**MULTA QUALIFICADA - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - DESPESAS FICTÍCIAS.**

É justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei n° 9.430, de 1996, quando o Contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei n° 4.502/64.

Preliminar de Decadência Rejeitada.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso.

*(assinatura digital)*

**HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR**

Presidente em exercício à época da formalização

*(assinatura digital)*

TÂNIA MARA PASCHOALIN

Redatora *ad hoc* designada.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ivete Malaquias Pessoa Montciro (Presidente), Rubens Mauricio Carvalho, Sandro Machado dos Reis (Relator) e Sidney Ferro Barros.

## Relatório

Na condição de relatora *ad hoc* neste processo, reproduzo o relatório elaborado pela DRJ/Curitiba/CTA, que muito bem descreve os fatos controvertidos nos autos.

*Por meio do Auto de Infração de fls. 31/35, exige-se do contribuinte R\$ 2.500,95 de imposto suplementar, R\$ 3.751,42 de multa de ofício de 150%, prevista no art. 44. II, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e acréscimos legais, decorrentes da revisão da declaração de rendimentos relativa ao exercício 2001, ano-calendário 2000, em face de glosa de despesas médicas, no valor de R\$ 10.000,00, conforme Termo de Verificação e Encerramento de Ação Fiscal de fls.24/29.*

*A autuação foi fundamentada no art. 3º do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943; art. 8º, II, "a" e §§ 2º e 3º, e 35 da lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e os art. 73 e 80, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto 3.000, de 26 de março de 1999- RIR/1999.*

*Cientificado do lançamento cm 06/07/2006 (fl. 38), o contribuinte apresentou, em 02/08/2006, a impugnação de fls. 39/51, acolhida como tempestiva pela unidade de origem (11. 81), instruída com os documentos de fls. 52/80, onde, preliminarmente, nos termos do art. 150, § 4º, primeira parte, do CTN, alega a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário. Para corroborar transcreve jurisprudências.*

*Argumenta que o lançamento está eivado de nulidades, e com base em doutrinas e jurisprudência, alega falta de comprovação material do ilícito fiscal. Aduz que a autoridade lançadora contrariando princípios constitucionais e legais preferiu dar crédito às alegações de uma pessoa que investigada pela Policia Federal e não demonstrando qualquer ética profissional, revelou seu caráter ao não reconhecer os pagamentos que validamente lhe foram feitos em decorrência de serviço odontológico, cm detimento de suas justificativas e ^comprovações, imputando-lhe, em consequência, prática de ato ilícito inexistente.*

*Enfatiza que os valores questionados foram efetivamente pagos ao profissional em março de 2000, sendo que os recibos foram emitidos em meses diversos no decorrer do ano a pedido do emitente que justificou necessidade de adequação aos valores que recebia para não fugir ao limite do Imposto de Renda.*

*Afirma ter havido excesso de exação, pois, a autoridade fiscal com o objetivo de, a qualquer preço, arrecadar para os cofres públicos, atribuiu-lhe ilicitude inexistente impondo-lhe a multa de 150%, prevista no art. 44, II, da Lei 9.430, de 1996. Acrescenta que a Administração Pública não pode a pretexto de seu poder de polícia atuar ao arrepio da lei e do ordenamento jurídico, impor sanções que se convertam em abuso de autoridade, excesso de exação, eivando sua conduta de nulidade relativa, quando não absoluta ou parcial, tornando-as passíveis de decretação de nulidade pelo Poder Judiciário.*

*Por fim, requer a nulidade ou insubsistência do lançamento, bem assim a multa e juros pretendidos.*

*Foi formalizado processo de Representação Fiscal para Fins Penais, em cumprimento da Portaria SRF nº 2.752, de 11 de outubro de 2001, consubstanciado no Processo Administrativo Fiscal nº 11634.000077/2006-43.*

A DRJ/Curitiba/CTA decidiu conforme a ementa abaixo:

*Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF*

*Exercício: 2001*

*Ementa: NULIDADE. DESCABIMENTO.*

*Apenas ensejam a nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.*

***PRAZO DE DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.***

*No lançamento de ofício o prazo decadencial para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário obedece à regra geral expressamente prevista no art. 173, 1, do Código Tributário Nacional, iniciando a contagem do prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao em que o lançamento poderia ter sido efetuado.*

***DESPESAS MÉDICAS. DEDUÇÃO.***

*A dedução das despesas médicas na declaração de ajuste anual está condicionada à comprovação hábil e idônea dos gastos efetuados.*

***MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA.***

*Demonstrada a intenção deliberada do contribuinte de diminuir o resultado tributável em sua declaração de ajuste anual, torna-se perfeitamente aplicável a multa qualificada de 150%.*

#### *JUROS DE MORA.*

*A utilização da taxa Selic como juros moratórios decorre de expressa disposição legal.*

#### *DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS. EFEITOS*

*As decisões administrativas e judiciais, não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão.*

#### *INCONSTITUCIONALIDADE.*

*Não compete à autoridade administrativa manifestar-se quanto à inconstitucionalidade das leis, por ser essa prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.*

#### *Lançamento Procedente.*

Inconformado com a r. decisão, o Interessado interpôs recurso voluntário de fls. 97/111, no qual reitera seus argumentos de defesa.

Em 19 de dezembro de 2008, o presente recurso foi objeto de julgamento pela 2ª Turma Especial do Primeiro Conselho de Contribuintes (Acórdão 192-00144), oportunidade em que o Colegiado decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Entretanto, o Conselheiro Relator teve seu mandato encerrado sem que tivesse formalizado o referido Acórdão. Assim, foi necessária a designação de Redatora *ad hoc*, conforme o art. 17, inciso III, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheira Tânia Mara Paschoalin, Relatora *ad hoc* designada.

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

A demanda aqui tratada requer análise preliminar em relação a aspecto decadencial.

Por uma questão de ordem, como a regra decadencial aplicável altera-se em função da qualificação da multa, passo a analisar esta questão inicialmente.

No caso, o único fato gerador ocorrido em 2000 e sobre o qual foi feita a exigência de imposto em face do Recorrente se refere a glosa de despesa médica, no valor de R\$ 10.000,00. Sobre tal parcela do lançamento foi aplicada a multa qualificada de 150%, pelo fato de o contribuinte ter deduzido despesas inexistentes com a intenção dolosa de deixar de recolher o tributo devido aos cofres públicos, configurando o evidente intuito de fraude.

Em sede de recurso voluntário, o Contribuinte apresenta meras alegações, mas não apresenta novos elementos probantes hábeis a afastar as infrações lhe imputadas, tendo em vista que se utilizou de recibos graciosos emitidos pelo profissional Marcos Antonio Andrello, conforme dos autos consta.

Portanto, não merece reparos o lançamento tanto em relação à glosa das despesas médicas quanto no que se refere à aplicação da multa qualificada.

Sendo assim, a regra aplicável aqui para o cômputo do prazo decadencial deve ser aquela prevista no art. 173, I do CTN. Com base nesta norma, o prazo para o Fisco efetuar o lançamento em exame somente se esgotaria em 31/12/2006. Como a ciência do lançamento ocorreu em 06/07/2006 (fl.41) – não há que se falar, aqui, em decadência.

Por fim, saliente-se que não houve excesso de exação por parte da autoridade lançadora, que efetuou e conduziu a fiscalização dentro da estrita legalidade, dando oportunidade ao Contribuinte de se manifestar e defender sempre que foi preciso.

Diante do exposto, voto por rejeitar a preliminar de decadência e, no mérito, negar provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*

Tânia Mara Paschoalin - Relatora *ad hoc* designada